



ALFABETIZAÇÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NO ENSINO MÉDIO, DIANTE NOVAS ESTRATÉGIAS DE LETRAMENTO

Lily Cristiane Marinho dos Santos¹
Wagna Pereira Oliveira Silva Souza²

INTRODUÇÃO

O presente estudo teve como objetivo identificar as estratégias de mediação de professoras da educação especial em intervenções para o processo de alfabetização de alunos com deficiência intelectual (DI), com o uso de recursos de comunicação alternativa (CA), sobretudo por entender esse recurso enquanto artefato que pode favorecer a apropriação do sistema de escrita alfabética (SEA) de uma pessoa com deficiência intelectual, historicamente excluída.

A alfabetização dos estudantes com deficiência intelectual ainda precisa de avanços tanto no âmbito das pesquisas na área quanto na prática pedagógica. Atualmente, existem muitos estudantes com deficiência analfabetos, não havendo, muitas vezes, um direcionamento para os processos envolvidos na aprendizagem.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Adotou-se uma metodologia de abordagem qualitativa que se caracteriza, conforme André e Lüdke (1986), pelo contato direto do aluno com o ambiente e a situação que está sendo investigada e na qual há maior preocupação com o processo do que com o produto.

Caracteriza-se ainda como estudo de caso por ser “uma pesquisa empírica que investigou um fenômeno contemporâneo em seu contexto natural, em situações em que as fronteiras entre o contexto e o fenômeno não são claramente evidentes, utilizando múltiplas fontes de evidência” (Yin, 1984 *apud* Alves-Mazzotti, 2006, p. 643).

¹ Graduada no Curso de Licenciatura em Química na Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, Graduada em Pedagogia pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci - UNIASSELVI, Graduada em Letras/Espanhol pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB. Especialista no Ensino de Ciências pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, Libras pelo Instituto Federal do Rio Grande do Norte e Educação Especial pelo Instituto Federal do Rio Grande do Norte - IFRN, lily.santos@professor.pb.gov.br.

² Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, Especialista em Educação Especial pela Faculdade Evangélica Cristo Rei e Psicopedagogia pela FAVENI, wagnapoliveira@gmail.com.



A pesquisa foi realizada em uma escola pública da rede municipal de estadual do Rio Grande do Norte, na cidade de Jaçanã, e contou com a participação de dois alunos com DI, estudantes do 1º ano do ensino médio e das professoras da educação especial. A coleta de dados se deu em duas etapas: planejamento das intervenções pedagógicas e intervenções propriamente ditas (incluem-se aqui as avaliações da escrita dos alunos).

REFERENCIAL TEÓRICO

Muito se tem discutido sobre a melhor maneira de ter um ensino de qualidade que priorize o desenvolvimento dos alunos com deficiência. Sobre isso questiona-se: Como se deve alfabetizar esses alunos? Quais instrumentos, quais metodologias escolher? Qual a idade correta para se alfabetizar esses alunos? São perguntas que o profissional junto com a unidade escolar precisa responder, materializando essas respostas, na construção de um currículo pautado nesses sujeitos, na elaboração de propostas metodológicas, para que o processo de ensino-aprendizagem se efetue.

O ano de escolaridade limite para que um aluno tenha o seu direito de aprender a ler e escrever foi uma das questões discutidas, durante a elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Conforme esse documento, até o 3º ano do ensino fundamental o aluno já deve estar alfabetizado. Convém fazer uma distinção entre alfabetização/letramento e alfabetizado/letrado. De acordo com Magda Soares (2009, p. 39-40),

[...] um indivíduo alfabetizado não é necessariamente um indivíduo letrado; alfabetizado é aquele indivíduo que saber ler e escrever, já o indivíduo letrado, indivíduo que vive em estado de letramento, é não só aquele que sabe ler e escrever, mas aquele que usa socialmente a leitura e a escrita, pratica a leitura e a escrita, responde adequadamente às demandas sociais de leitura e de escrita.

Em conformidade com os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), a alfabetização pode ser compreendida como um processo de apropriação do sistema de escrita que envolve o domínio do sistema alfabético-ortográfico e letramento como as suas práticas discursivas. Por conseguinte, a língua por ser um conjunto de signos, adquire papel fundamental para o processo de alfabetização e letramento, no decorrer do percurso formativo. O aluno, além da combinação das letras para formar palavras, carregadas de



significados, aprende a sua combinação para formar textos e, ainda, implicitamente, o gênero discursivo, por se considerar o seu uso social.

Para o processo de alfabetização, na busca por indicações metodológicas, quatro eixos de ação devem ser considerados: oralidade, leitura, escrita e análise linguística/semiótica.

Quando o aluno inicia o processo de alfabetização, no ensino fundamental, pelas atividades propostas pelo professor, começa a desenvolver a sua consciência fonológica. Ela vai perceber a distinção entre uma palavra e outra, a manipular os fonemas, as sílabas. Essas atividades devem ser dinâmicas, para que o professor consiga prender a atenção do aluno por mais tempo.

Para Magda Soares (2004, p. 14):

Dissociar alfabetização e letramento é um equívoco porque, no quadro das atuais concepções psicológicas, linguísticas e psicolinguísticas de leitura e escrita, a entrada da criança (e também do adulto analfabeto) no mundo da escrita ocorre simultaneamente por esses dois processos: pela aquisição do sistema convencional de escrita – a alfabetização – e pelo desenvolvimento de habilidades de uso desse sistema em atividades de leitura e escrita, nas práticas sociais que envolvem a língua escrita – o letramento.

Como se pode verificar, não basta apenas ensinar a ler e escrever sem que isso esteja associado a práticas sociais. Em vista disso, é fundamental que, quando o aluno passe a conhecer o mundo letrado, a fazer relações entre o oral e o escrito, perceber que, dependendo do contexto, as palavras adquirem diferentes significados.

Porém a grande maioria dos alunos com deficiência intelectual passam pelo ensino fundamental I e II e chegam ao ensino médio sem saber ler e escrever, o que resulta um grande atraso na sua aprendizagem escolar.

A deficiência intelectual, em conformidade com o Decreto nº 3.298/1999, art. 4º, inciso IV, diz respeito a pessoas com “[...] o funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas [...]”. (BRASIL, 1999).

A Lei 13.146/2015, em seu art. 2º, parágrafo único:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma



ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2015).

Pensar em alfabetização e letramento de um aluno com deficiência intelectual do ensino médio é um grande desafio. Já que ele está acostumado a frequentar a unidade escolar, porém não tem articulação e domínio da leitura e escrita, o que lhe deixa numa zona de conforto em não ter que participar das atividades que envolvem leitura e escrita.

Dessa forma, iniciou-se o trabalho de duas professoras da educação especial em desenvolver o processo de leitura e letramento dos alunos com deficiência intelectual. Percebeu que eles têm dificuldade no processamento das coisas, mas compreende tudo, porém tem que ser mais calmo e lento, compreendem muito bem os comandos e demais as coisas, tinham bastante falta de atenção, hoje perceberam que já melhorou bastante, falta de foco, tinha muita dependência, insegurança.

É preciso ampliar as habilidades dos alunos com deficiência intelectual, para que possam aprender a ler e a escrever. Essas habilidades devem ser trabalhadas de forma alternativa, criando possibilidades para o seu desenvolvimento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este trabalho foi realizado na Escola Estadual Professora Terezinha Carolino de Souza, localizada na cidade de Jaçanã (RN), em uma turma do 1º ano do Ensino Médio com 44 alunos, desse total, dois alunos com deficiência intelectual. A turma possui duas professoras de educação especial, dado que de acordo com a Lei nº 9.394/96, o aluno com deficiência Intelectual tem o direito de ter um segundo professor, para os atendimentos necessários na rede de ensino, durante todas as aulas, juntamente com o professor regente.

O trabalho teve como temática central compreender a alfabetização e letramento de estudantes com deficiência intelectual (DI) que chegam as séries finais sem saber ler e escrever. Um tema complexo, mas enriquecedor, em que o papel do professor é fundamental nesse processo. Com isso, o objetivo geral foi analisar como as professoras da educação especial juntamente com os professores da sala regular de ensino desenvolvem o fazer pedagógico dos alunos com deficiência intelectual no ensino médio, considerando: a estrutura da escola, formação inicial, formação continuada e metodologias voltadas para uma educação inclusiva.



Foi possível perceber as mudanças significativas nos alunos a partir das atividades e materiais produzidos pelas professoras da educação especial, a sua inclusão em todas as atividades, já que eles chegaram ao ensino médio sem saber ler e escrever.

Com o incentivo e estímulo recebidos, ficou evidente as mudanças de comportamento, contribuindo para a autonomia e para a autoestima. Sendo assim, verificou-se que o planejamento é a principal ferramenta de trabalho para um professor, promovendo modificações, nas práticas pedagógicas, quantas vezes forem necessárias.

Compreende-se que a inclusão de alunos com deficiência intelectual deve estar muito além da sua presença na sala de aula. Deve-se almejar, sobretudo, a aprendizagem e o desenvolvimento das habilidades e potencialidades dos alunos, superando todas as suas dificuldades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há necessidade de garantir acesso e permanência com qualidade educacional para esses alunos com a oferta de serviços, recursos, metodologia, currículo adequado e estratégias de ensino para oportunizar experiências de escolarização exitosas. Assim, a Educação Especial representa importante área de conhecimento para favorecer a inclusão escolar. Oportunizar práticas de letramento aos estudantes com deficiência é garantir melhores condições para leitura de mundo e de contextualizar situações vividas por eles de forma articulada com a realidade.

Por isso, vale ressaltar a importância de cursos de formação para professores, uma vez que serão mediadores na relação entre o conhecimento e aquisição de bens culturais com o estudante com deficiência. O letramento para o estudante com deficiência é valorizar e aumentar as capacidades de ação e interação do aluno por meio de estratégias e criação de novas alternativas para comunicação/linguagem; escrita; leitura; mobilidade; brincadeiras e artes; entre outros bens culturais.

Palavras-chave: Deficiência Intelectual. Alfabetização e Letramento. Ensino Médio.

REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTTI, A. J. Usos e abusos dos estudos de caso. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 36, n. 129, p. 637-651, set./dez. 2006.

ANDRÉ, M.; LUDKE, M. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.



BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988* Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Presidência da República, Brasília: DF, 1999.

BRASIL. Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Presidência da República, Brasília: DF, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Ministério da Educação. Brasília: DF, 2008.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de jul. de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Presidência da República, Brasília: DF, 2015.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Presidência da República. Brasília: DF, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva* Brasília, DF: MEC, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática. Ministério da Educação e do Desporto: Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, 1997.

SILVA, Cláudia Mara da. Alfabetização e Deficiência Intelectual: Uma Estratégia diferenciada. Semana Pedagógica. Paraná, Governo do Estado, 2016.

SOARES, Magda. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. Rev. Bras. Educ. n. 25, Jan. Fev. Mar. Abr. p. 5-17, 2004.

SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. 3. ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2009.

VIGOTSKI, L. S. *A construção do pensamento e da linguagem* São Paulo: Martins Fontes, 2009.